



Ministra/o d.....



Decreto n.º

As escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação, Ciência e Inovação constituem um instrumento privilegiado de cooperação e de aprofundamento das relações com os Estados com os quais Portugal partilha a mesma língua e revestem um papel inquestionável na promoção do ensino e da difusão da língua e da cultura portuguesas no mundo, devendo a importância que assumem traduzir-se na sua dotação dos meios humanos adequados para garantir a qualidade do ensino nelas ministrado.

Neste contexto, o Decreto-Lei n.º 139-B/2023, de 29 de dezembro, que regulou os concursos destinados à seleção e ao recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário das escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do então Ministério da Educação e dos respetivos polos, previu que os docentes em regime de contrato a termo resolutivo em exercício de funções nos referidos estabelecimentos de educação e de ensino passassem a ter a possibilidade de vincularem aos quadros destas escolas nos mesmos moldes em que tal vinculação ocorre nos agrupamentos de escolas e nas escolas não agrupadas que integram a rede pública do mesmo departamento governamental.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 45-B/2024, de 12 de julho, estabeleceu um regime excecional e temporário para um concurso externo extraordinário de seleção e de recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário da Escola Portuguesa de Luanda — Centro de Ensino e Língua Portuguesa, para o ano escolar de 2024-2025, visando, em consonância com o Programa do XXIV Governo Constitucional, combater a precariedade, reforçar a estabilidade e a valorização destes docentes, bem como melhorar a qualidade do ensino ministrado na mencionada Escola.



Ministra/o d.....



Decreto n.º

Os referidos diplomas legais não determinam a aplicabilidade aos docentes colocados em resultado dos concursos neles regulados — concursos interno, externo e para a satisfação de necessidades temporárias, através de contratação de escola, no caso do Decreto-Lei n.º 139-B/2023, de 29 de dezembro, e concurso externo extraordinário, no caso do Decreto-Lei n.º 45-B/2024, de 12 de julho — de algumas garantias estabelecidas nos decretos-leis que criaram cada uma das escolas portuguesas no estrangeiro para os docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções em regime de mobilidade, nem aquela aplicabilidade resulta destes últimos diplomas de criação das mencionadas escolas.

Concretizando os propósitos inscritos no Programa do XXIV Governo Constitucional de combater a precariedade dos docentes que lecionam nas escolas portuguesas no estrangeiro, bem como de reforçar a sua estabilidade, impõe-se eliminar diferenciações de tratamento injustificadas no âmbito das garantias relativas ao direito ao reembolso das despesas com a instalação e com a residência no local de trabalho, bem como das efetuadas com viagens e com seguros de saúde, incluindo para os membros do agregado familiar. Por outro lado, consagra-se, inovatoriamente, o direito a um suplemento de permanência a atribuir aos docentes que cumpram um período de permanência na respetiva Escola correspondente a seis anos de exercício de funções contínuas.

Assim, no respeito pelo princípio da equidade, o presente decreto-lei estabelece o estatuto remuneratório e procede ao alargamento do âmbito subjetivo das referidas garantias, as quais serão aplicáveis a todos os docentes que forem colocados em resultado dos concursos interno, externo e para a satisfação de necessidades temporárias, através de contratação de escola, nos termos dos mencionados regimes concursais, e se desloquem de Portugal para o exercício de funções nas escolas portuguesas no estrangeiro.



Ministra/o d.....



Decreto n.º

Deste modo, a aprovação do presente decreto-lei reveste carácter essencial e inadiável para assegurar que as escolas portuguesas no estrangeiro dispõem de quadros de docentes adequados e estáveis que garantam a qualidade do ensino nelas ministrado e o cumprimento da sua relevante missão, designadamente, através da salvaguarda da capacidade de recrutamento do pessoal docente indispensável à satisfação das respetivas necessidades no âmbito dos concursos a realizar com vista à colocação para o ano escolar de 2025/2026, bem como da promoção da permanência nas referidas escolas dos docentes colocados em resultado de concurso.

Foram observados os procedimentos de negociação coletiva decorrentes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

- 1 - O presente decreto-lei procede ao alargamento do âmbito de aplicação de garantias previstas nos diplomas legais de criação das escolas portuguesas no estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação, Ciência e Inovação a todos os docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções nas referidas escolas, bem como à criação de um suplemento a atribuir aos docentes que cumpram um período mínimo de permanência na respetiva Escola.
- 2 - Para o efeito do disposto no número anterior, o presente decreto-lei procede:



Ministra/o d.....



Decreto n.º

- a) À sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 241/99, de 25 de junho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 177/2002, de 31 de julho, 120/2004, de 21 de maio, 47/2009, de 23 de fevereiro, 211/2015, de 29 de setembro, e 139-B/2023, de 29 de dezembro, que cria a Escola Portuguesa de Moçambique — Centro de Ensino e Língua Portuguesa;
- b) À terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2006, de 6 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 99/2023, de 23 de outubro, e 45-B/2024, de 12 de julho, que cria a Escola Portuguesa de Luanda — Centro de Ensino e Língua Portuguesa;
- c) À terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 48/2009, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 214/2015, de 29 de setembro, e 139-B/2023, de 29 de dezembro, que cria, ao abrigo do acordo de cooperação celebrado em 4 de dezembro de 2002 entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste, a Escola Portuguesa de Díli — Centro de Ensino e Língua Portuguesa;
- d) À segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 212/2015, de 29 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 139-B/2023, de 29 de dezembro, que cria a Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe — Centro de Ensino e da Língua Portuguesa;
- e) À segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 213/2015, de 29 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 139-B/2023, de 29 de dezembro, que cria a Escola Portuguesa de Cabo Verde — Centro de Ensino e da Língua Portuguesa;
- f) À segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2019, de 28 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 139-B/2023, de 29 de dezembro, que cria a Escola Portuguesa de São Paulo — Centro de Ensino da Língua e Cultura Portuguesa.



Ministra/o d.....



Decreto n.º

Artigo 2.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 241/99, de 25 de junho

Os artigos 13.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 241/99, de 25 de junho, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 13.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

7 - [...].

8 - [...].

9 - Os docentes que, em resultado de concurso, aceitem a colocação ficam obrigados ao cumprimento de um período mínimo de dois anos de permanência na Escola, a contar da data do início de funções.

10 - A violação do disposto no número anterior constitui o docente na obrigação de indemnizar a Escola do valor correspondente aos custos suportados com o reembolso das despesas previstas no n.º 3 do artigo 15.º.



Ministra/o d.....



Decreto n.º

Artigo 15.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - Os membros da direção da Escola, os adjuntos e os docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções na Escola têm direito ao reembolso das seguintes despesas, nos termos e nos montantes a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, das finanças e da educação:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

7 - [...].

8 - [...].

9 - [...].

10 - [...].

11 - [...].

12 - [...].



Ministra/o d.....



Decreto n.º

13 - [...].

14 - Os docentes que cumpram um período de permanência na Escola, correspondente a seis anos de exercício de funções contínuas, têm direito a um suplemento de permanência, nos termos e nos montantes a definir no despacho previsto no n.º 3.»

Artigo 3.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 183/2006, de 6 de setembro

Os artigos 15.º e 16.º-A do Decreto-Lei n.º 183/2006, de 6 de setembro, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 15.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

7 - Os docentes que, em resultado de concurso, aceitem a colocação ficam obrigados ao cumprimento de um período mínimo de dois anos de permanência na Escola, a contar da data do início de funções.



Ministra/o d.....



Decreto n.º

- 8 - A violação do disposto no número anterior constitui o docente na obrigação de indemnizar a Escola do valor correspondente aos custos suportados com o reembolso das despesas previstas no n.º 3 do artigo 16.º-A.

Artigo 16.º-A

[...]

1 - [...].

2 - [...].

- 3 - Os membros da direção da Escola, os adjuntos e os docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções na Escola têm direito ao reembolso das seguintes despesas, nos termos e nos montantes a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, das finanças e da educação:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...].

4 - [...].

- 5 - Os docentes que cumpram um período de permanência na Escola, correspondente a seis anos de exercício de funções contínuas, têm direito a um suplemento de permanência, nos termos e nos montantes a definir no despacho previsto no n.º 3.»



Ministra/o d.....



Decreto n.º

Artigo 4.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 48/2009, de 23 de fevereiro

Os artigos 16.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 48/2009, de 23 de fevereiro, , na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 16.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

7 - [...].

8 - [...].

9 - Os docentes que, em resultado de concurso, aceitem a colocação ficam obrigados ao cumprimento de um período mínimo de dois anos de permanência na Escola, a contar da data do início de funções.

10 - A violação do disposto no número anterior constitui o docente na obrigação de indemnizar a Escola do valor correspondente aos custos suportados com o reembolso das despesas previstas no n.º 3 do artigo 18.º.



Ministra/o d.....



Decreto n.º

Artigo 18.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - Os membros da direção da Escola, os adjuntos e os docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções na Escola têm direito ao reembolso das seguintes despesas, nos termos e nos montantes a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, das finanças e da educação:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

7 - [...].

8 - [...].

9 - [...].

10 - [...].

11 - [...].

12 - [...].



Ministra/o d.....



Decreto n.º

13 - [...].

14 - Os docentes que cumpram um período de permanência na Escola, correspondente a seis anos de exercício de funções contínuas, têm direito a um suplemento de permanência, nos termos e nos montantes a definir no despacho previsto no n.º 3.»

Artigo 5.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 212/2015, de 29 de setembro

Os artigos 18.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 212/2015, de 29 de setembro, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 18.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

7 - [...].

8 - [...].



Ministra/o d.....



Decreto n.º

- 9 - Os docentes que, em resultado de concurso, aceitem a colocação ficam obrigados ao cumprimento de um período mínimo de dois anos de permanência na Escola, a contar da data do início de funções.
- 10 - A violação do disposto no número anterior constitui o docente na obrigação de indemnizar a Escola do valor correspondente aos custos suportados com o reembolso das despesas previstas no n.º 3 do artigo 20.º.

Artigo 20.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - Os membros da direção da Escola, os adjuntos e os docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções na Escola têm direito ao reembolso das seguintes despesas, nos termos e nos montantes a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, das finanças e da educação:
 - a) [...];
 - b) [...];
 - c) [...];
 - d) [...].
- 4 - Os docentes que cumpram um período de permanência na Escola, correspondente a seis anos de exercício de funções contínuas, têm direito a um suplemento de permanência, nos termos e nos montantes a definir no despacho previsto no número anterior.»



Ministra/o d.....



Decreto n.º

Artigo 6.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 213/2015, de 29 de setembro

Os artigos 18.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 213/2015, de 29 de setembro, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 18.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

7 - [...].

8 - [...].

9 - Os docentes que, em resultado de concurso, aceitem a colocação ficam obrigados ao cumprimento de um período mínimo de dois anos de permanência na Escola, a contar da data do início de funções.

10 - A violação do disposto no número anterior constitui o docente na obrigação de indemnizar a Escola do valor correspondente aos custos suportados com o reembolso das despesas previstas no n.º 3 do artigo 20.º.



Ministra/o d.....



Decreto n.º

Artigo 20.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - Os membros da direção da Escola, os adjuntos e os docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções na Escola têm direito ao reembolso das seguintes despesas, nos termos e nos montantes a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, das finanças e da educação:
 - a) [...];
 - b) [...];
 - c) [...];
 - d) [...].
- 4 - Os docentes que cumpram um período de permanência na Escola, correspondente a seis anos de exercício de funções contínuas, têm direito a um suplemento de permanência, nos termos e nos montantes a definir no despacho previsto no número anterior.»

Artigo 7.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2019, de 28 de maio

Os artigos 18.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 73/2019, de 28 de maio, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:



Ministra/o d.....



Decreto n.º

«Artigo 18.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

7 - [...].

8 - Os docentes que, em resultado de concurso, aceitem a colocação ficam obrigados ao cumprimento de um período mínimo de dois anos de permanência na Escola, a contar da data do início de funções.

9 - A violação do disposto no número anterior constitui o docente na obrigação de indemnizar a Escola do valor correspondente aos custos suportados com o reembolso das despesas previstas no n.º 3 do artigo 20.º.

Artigo 20.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].



Ministra/o d.....



Decreto n.º

- 3 - Os membros da direção da Escola, os adjuntos e os docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções na Escola têm direito ao reembolso das seguintes despesas, nos termos e nos montantes a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, das finanças e da educação:
- a) [...];
 - b) [...];
 - c) [...];
 - d) [...].
- 4 - Os docentes que cumpram um período de permanência na Escola, correspondente a seis anos de exercício de funções contínuas, têm direito a um suplemento de permanência, nos termos e nos montantes a definir no despacho previsto no número anterior.»

Artigo 8.º

Disposição transitória

Os docentes que, na data da entrada em vigor do presente decreto-lei, se encontrem no exercício de funções em escola portuguesa no estrangeiro da rede pública do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, em regime de mobilidade, mantêm-se nessa situação até ao final do ano letivo de 2024/2025.



Ministra/o d.....



Decreto n.º

Artigo 9.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de

O Primeiro-Ministro

O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

O Ministro de Estado e das Finanças

O Ministro da Presidência

O Ministro da Educação, Ciência e Inovação